

2.

Entendendo a Dislexia

Ao longo deste capítulo, será apresentada uma breve revisão da literatura referente à dislexia. Em primeiro plano, haverá um panorama histórico e uma conceituação do transtorno de aprendizagem em questão. Em seguida, serão discutidas as características que configuram a dislexia e suas complicações no âmbito social. Por último, serão apresentadas as redes de relações de convivência do disléxico. Nelas estão inseridas não só a questão familiar e o papel escolar, presentes e determinantes no desenvolvimento da pessoa com dislexia, mas também suas relações com pessoas externas a essas instituições, visto que, com elas, o disléxico também coconstrói sua vida cotidiana.

2.1

Panorama Histórico e Conceituação

Falar sobre a dislexia é, sem dúvidas, uma tarefa bastante complexa, pois, ao longo do recente e ágil desenvolvimento da tecnologia, das ciências biológicas e da compreensão de questões referentes ao processo de ensino-aprendizagem, o entendimento e as descobertas diante do tema estiveram em constantes e progressivas transformações (Azevedo, 2010).

Os primeiros trabalhos desenvolvidos sobre a dislexia aconteceram entre os anos de 1872 e 1897, dando destaque aos pesquisadores Reinhold Berlin e Janes Kerr. Posteriormente, em 1917, uma monografia intitulada “*Cegueira verbal congênita*” foi desenvolvida por James Hinshelwood para suscitar discussões sobre esse fenômeno ainda desconhecido. Em sua pesquisa, Hinshelwood havia descoberto que alguns pacientes apresentavam sérias dificuldades para ler e para escrever mesmo possuindo inteligência normal. Já se suspeitava, nessa época, que o problema poderia ser de cunho hereditário e orgânico (Kappes *et al*, 2003).

Ainda no início do século XX, conforme Kappes *et al* (2003), o problema não era estudado de forma atenta e minuciosa por psicólogos e educadores, pois esses ainda se concentravam nos transtornos da linguagem através de um viés muito mais pedagógico do que científico em si. A partir de 1925, quando uma pesquisa apontou um número significativo de pessoas que não conseguiam ler, escrever e soletrar com a eficácia e a desenvoltura esperada diante dos recursos e das possibilidades oferecidas, vários autores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente, da medicina e da biologia, começaram a estudar e a descrever esse distúrbio.

Nesse sentido, é possível perceber que o estudo da dislexia teve seu primeiro terreno fértil ao longo da década de noventa. Foi ainda nesse período, que a participação de oftalmologistas americanos foi determinante para que se descobrisse que o problema dos disléxicos não se tratava de desvios referentes à visão (Kappes *et al*, 2003).

No Brasil, segundo Pedro (2010), foi criada, em 1983, a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) com objetivo de esclarecer, divulgar e ampliar conhecimentos e ajudar disléxicos em sua dificuldade específica de linguagem. Até hoje a associação é tida como referência para o apoio, o amparo e o incentivo a pessoas que possuem dislexia.

No ano de 2003, depois de algumas tentativas de definir o que seria de fato o transtorno, o *Annals of Dyslexia*, elaborado pela Associação Internacional de Dislexia (IAD), propôs uma definição pontual: trata-se de uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica. É caracterizada pela dificuldade com a fluência correta na leitura e pela complicação na habilidade de decodificação e soletração. Essas dificuldades resultam tipicamente do déficit no componente fonológico da linguagem, o que é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas consideradas na faixa etária (Pedro, 2010).

Em outras palavras, a dislexia é caracterizada pelo prejuízo na leitura de palavras simples, frequentemente, envolvendo déficits na decodificação fonológica. É hereditária e compromete elementos subjacentes à leitura e à escrita, como, por exemplo, a atenção, a habilidade narrativa, a velocidade de leitura, a capacidade de

desenvolver temática textual e a coerência, a razão e a problemas matemáticos, entre outros. (Machado & Capellini, 2011; Souza, 2008)

A dislexia pode ser adquirida – quando surge na sequência de traumatismo ou lesão cerebral, ou de desenvolvimento – perturbação ou atraso na aquisição da leitura e atividades que dependem dela (Carreteiro, 2009). Neste trabalho, estudaremos, de forma mais aprofundada, a dislexia de desenvolvimento, que é aquela em que a pessoa nasce e permanece com ela ao longo de sua vida, visto que ainda não tem cura.

No momento em que vivemos, o interesse por esse eixo temático mantém-se em foco, sendo objeto de muitos estudos, principalmente, porque, segundo Bonini *et al* (2010), afeta diretamente a capacidade da leitura e da escrita, instrumentos culturais que permitem o acesso a outros conhecimentos, e o desenvolvimento de outras capacidades humanas. Atualmente, a busca para compreender os mecanismos da dislexia é comum em campos como psicologia, educação, medicina, entre outros.

2.2

Do diagnóstico ao comportamento social

De acordo com Souza (2008), se durante muito tempo a dislexia não era percebida com a mesma clareza por psicólogos, neurologistas e profissionais que atuam na escola, hoje ela pode ser entendida como um sério e grande desafio social e educacional enfrentado por eles. Inerentes aos sintomas mais significativos da dislexia estão os problemas emocionais do indivíduo que precisa superar o transtorno e as situações complexas em que estão envolvidos pais, professores e tantas outras pessoas que enfrentam diariamente a dislexia com seus filhos, alunos, amigos, pacientes, entre outros.

Conforme Azevedo (2010), os sintomas referentes à linguagem apresentados por pessoas disléxicas são:

- (a) atraso na aquisição das competências de leitura e escrita;

- (b) confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis de grafia (a-o; c-o; e-c; f-t; h-n);
- (c) confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças espaciais sutis (b-d; d-p; d-q);
- (d) substituição de palavras por outras de estrutura similar, porém com significado diferente (salvou-saltou);
- (e) adição ou omissão de sons, sílabas ou palavras (famosa – fama; casaco – casa);
- (f) problemas de compreensão semântica;
- (g) ilegibilidade da escrita, letra rasurada, presença de muitos erros ortográficos e redação com ideias desordenadas;
- (h) possibilidade de leitura a partir de espelho;
- (i) baixa compreensão leitora;
- (j) erros ortográficos naturais ou arbitrários.

Além do diagnóstico da pessoa com dislexia apresentar essas características, é possível observar também a dificuldade de memória, os problemas em nível de motricidade fina, problemas na percepção visio-espacial, problemas na organização espaço-temporal, déficit de atenção (com ou sem hiperatividade), desorganização e pouca vontade de empenhar-se na escola ou no trabalho.

Todos esses sintomas interferem nitidamente no rendimento escolar ou nas atividades da vida diária que exigem a leitura. Diante dessa lista de sintomas e graves conseqüências geradas, cabe salientar que, de acordo com Bonini *et al* (2010), a dislexia não é resultado de alfabetização deficitária, de desatenção proposital, de desmotivação individual, de condição socioeconômica desfavorável ou de baixa inteligência.

A dislexia e sua vasta série de complicações podem provocar comportamentos interiorizados – medo, ansiedade, passividade – ou exteriorizados, como a agressividade. (Knivsberg e Andreassen 2003 *apud* Carreteiro 2009). É comum que o dislético sinta-se nervoso diante de uma situação em que possa vir a mostrar que possui uma imensa dificuldade em realizar determinadas tarefas. Por isso, cria

também mecanismos de defesa, desenvolvendo estratégias que o ajudam, de forma inadequada, a mascarar o problema. (Bonini *et al*, 2010)

Por estarem diante de desafios que não podem ser totalmente superados, disléxicos podem ter uma visão muito negativa a respeito de si mesmo, visto que começam a se ver como fracassados em uma prática julgada como importantíssima para a sociedade. Isso justifica o fato de a depressão ser também outra comorbidade frequente à dislexia, mostrando que o emocional está intimamente ligado às questões de sucesso e insucesso diante de avaliações sociais formais ou informais (Carreteiro, 2009; Bonini, 2010; Frank, 2003).

De acordo com Frank (2003), a dislexia pode gerar experiências terrivelmente dolorosas, pois é comum também o esquecimento de acontecimentos passados e questões simples, como o sobrenome de uma pessoa próxima e a pronúncia de uma palavra. Fatos como esses podem levar o disléxico à vontade de fuga e ao sentimento de vergonha, isolando-se do convívio social. Sob essa perspectiva, a dislexia passa a ser não apenas um problema de leitura, mas configura também um quadro que se estende nas relações pessoais, na administração do tempo, no olhar que o indivíduo lança sobre si mesmo e sobre a comunidade onde habita.

A baixa-estima em um indivíduo disléxico deve ser observada com a atenção necessária, pois, quando o disléxico consegue acreditar no seu potencial e começa a tentar driblar suas dificuldades, ele pode, de forma muito positiva, superar e desenvolver habilidades que podem livrá-los de boa parte de possíveis frustrações. Entretanto, segundo Carreteiro (2009), questões de natureza emocional, às vezes, são encaradas em um quadro clínico como secundárias e não com a importância que realmente têm. Dessa maneira, não se torna possível reparar futuros problemas no âmbito social, escolar e até profissional da pessoa com dislexia.

2.3

Redes de relações da pessoa com dislexia

Durante anos de pesquisas, estudiosos buscaram saber se a dislexia seria um distúrbio temporário próprio da infância ou um transtorno que pudesse persistir,

acompanhando o indivíduo ao longo de toda a sua vida. Após sucessivas descobertas, notou-se seu caráter não transitório e, sendo condição crônica, percebeu-se a necessidade de urgência de que se faça tanto a identificação precoce em crianças quanto se garanta que recebam um auxílio tão logo sejam identificadas (Shaywitz, 2006).

Para que isso seja possível, certamente, deve haver uma cooperação daqueles que convivem com a pessoa com dislexia. São principais responsáveis por essa parceria aqueles que representam a instituição escolar e aqueles que, com ela, constituem família e laços de relacionamento. Cabe, nesse espaço, refletir sobre o papel da escola, enquanto orientadora de meios para emancipação e autonomia do indivíduo e sobre as responsabilidades da família, principal provedora não só de sustento essencial, mas também de carinho, afeto e incentivo.

Além dessas duas grandes instituições, família e escola, o relacionamento com o outro, seja ele um amigo próximo ou um desconhecido, é bastante interessante para o estudo das redes de relações da pessoa com dislexia, visto que é, na situação cotidiana, que também se vão, interacionalmente, coconstruindo identidades (Moita Lopes, 2002) e perspectivas diversificadas sobre a problemática em questão.

2.3.1

A questão familiar

Ao entender a situação e conhecer os sintomas do indivíduo com dislexia, tornam-se claros os posicionamentos que a família deve adotar de modo a minimizar o problema e ajudar o disléxico a superar suas dificuldades. Cabe à família, segundo Azevedo (2010), além de perceber que algo não está bem e, portanto, procurar e possibilitar um ágil diagnóstico e um tratamento adequado junto a profissionais especializados, ser o suporte afetivo daquele que possui uma dificuldade de aprendizagem.

Além de oferecer o amor e o calor inerentes ao fato de serem pai e mãe, conforme Shaywitz (2006), pais cujos filhos tenham problemas de leitura devem ter como objetivo principal a preservação da autoestima da criança e do adolescente, pois

todo aquele que possui uma dificuldade com a leitura passará, invariavelmente, por altos e baixos na escola.

É comum, ainda segundo a autora, que pais em geral criem bastante expectativa em relação ao desempenho escolar dos filhos, ficando desapontados ou zangados quando estes não conseguem ir além daquilo que foi esperado. Esse comportamento é completamente inadequado, pois, se a criança com dislexia for, direta ou indiretamente, acusada de não se esforçar, de não estar propositalmente motivada ou de não cumprir com o desempenho esperado, logo passará a duvidar dela mesma e considerar que todo esforço feito para tentar ir bem é, de fato, inválido ou insuficiente. É essencial, a partir disso, perceber que os pais são fundamentais na construção da visão positiva que o dislético pode ter diante de si.

De acordo com Bonini *et al* (2010), pais devem entender e aceitar com paciência a insegurança e os sentimentos da criança dislética e, sem críticas severas, devem enfatizar suas qualidades, mostrando o quanto é valorizada de acordo com seus acertos, com suas tentativas e não com seus resultados negativos. Torna-se importante destacar que incentivar, valorizar e poupar de críticas em relação ao desempenho em avaliações escolares não significa que pais devam adotar uma postura que infantilize demais seus filhos e os tornem mimados ou eximes de suas tarefas prosaicas. Nas palavras de Azevedo (2010), é preciso ter cuidado para não superproteger a criança, pois isso lhe tira a iniciativa própria e a capacidade de ser autônoma.

Educar, segundo a natureza de seu distúrbio, ressaltando seu bom desempenho em outras áreas é um meio sábio de tornar disléticos ativos, interessados e responsáveis. Por essa razão, desde cedo é fundamental fazer com que as crianças diagnosticadas com dislexia busquem uma atividade na qual possam ter experiências de vitória, de destaque, de prazer. Muitas vezes, é por meio do esporte e da arte - música, pintura, teatro - que o dislético percebe que o mundo não se reduz apenas às lições e às tarefas desenvolvidas na escola. Assim, tornam-se mais livres para pensar em momentos que os façam refletir o quanto podem ser bons em diversas outras atividades (Shaywitz, 2006. Bonini *et al*, 2010).

Conversar constantemente com a criança e com o adolescente sobre a dislexia e suas complexidades os ajudarão a entender melhor o que gera suas dificuldades, fazendo com que eles possam perceber uma causa para seus problemas. Segundo Ianhez e Nico (2002), quando o diagnóstico de dislexia é feito, ele gera muito mais alívio do que sentimento de angústia, pois o indivíduo diagnosticado fica menos exposto ao rótulo de preguiçoso, desatento, bagunceiro e, principalmente, fica livre de uma suspeita de deficiência intelectual.

Aos pais fica a responsabilidade de mostrar aos filhos que a dislexia nada tem a ver com o quanto eles são inteligentes. Cabe a eles explicar que há uma “via” rápida para leitura que está bloqueada, mas há também caminhos alternativos e secundários que darão em um lugar bem próximo se houver paciência consigo mesmo e com a tarefa a ser feita (Shaywitz, 2006).

Infelizmente, apesar de, paulatinamente, ser divulgada no meio acadêmico, na mídia, e em outras fontes propagadoras de informação, há muitas pessoas que ainda desconhecem o que é a dislexia, sabem muito pouco sobre ela, ou ainda estão carregadas de mitos em relação à questão. Por razões como essas, é possível que, ao longo de sua vida, o dislético se depare com pessoas que desconheçam a natureza de seu distúrbio e façam comentários, questionando o problema. É importante perceber que ele só se sentirá seguro para falar naturalmente sobre si ou se defender quando necessário se estiver apto e confortável, ou seja, tiver sido estimulado e incentivado por pais e professores a fazer isso.

Assim, segundo Shaywitz (2006), incentivar a criança a se ver como alguém que tem algo significativo a dizer é um meio de fazer com que ela veja que todos devem respeitar suas posições e seu raciocínio apesar de suas dificuldades. Fazer com que ela participe de decisões interessantes para a família - seja o destino de uma viagem, seja a escolha de um filme para assistirem – ou com que ela reflita e discuta sobre situações críticas para a sociedade - os problemas que enfrenta, as mudanças que precisa fazer – desenvolve o senso crítico e estimula a maturidade para que, futuramente, possa lutar por seus direitos e determinar os instrumentos de que precisa para realizar determinadas atividades como trabalhar, ter acesso a concursos públicos.

A pessoa com dislexia, no Brasil, tem seus direitos garantidos por lei. Ainda crianças, dependem da família para que esses direitos sejam compreendidos e cumpridos. Segundo Pedro (2010), a família deve entender que ela não deve somente responsabilidades a seus membros constituintes, mas à sociedade de um modo geral, pois cabe a ela e ao Estado promoverem as condições e o bem estar social da criança.

Muitas são as leis que protegem as crianças em seus direitos mais básicos como A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFRB/88), a lei 8069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o próprio Código Civil de 2002 (CC/02). Mesmo assim, muitas crianças disléxicas e suas famílias sofrem com o descaso e a falta de infra-estrutura nos estabelecimentos onde passam boa parte de seu tempo. É necessário que a família aja junto às leis, à escola e à saúde para proporcionar um melhor tratamento aos seus filhos (Pedro, 2010).

Em relação à escola, pais e alunos devem estar atentos à lei de número 8069 (13 de Julho de 1990), no artigo 53, incisos I, II, III, visto que anuncia que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Direito de ser respeitado pelos educadores;
- III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

O parecer CNE/CEB nº 17-2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, inclui a criança com dislexia no quadro de pessoas que necessitam de educação especial no ambiente escolar quando declara que:

O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente aquelas associadas a: dificuldades específicas de aprendizagem, como a DISLEXIA e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, motores, de comportamento; e ainda a fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional. (...) Dessa forma, a educação especial – agora concebida como o conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos

humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais – continuará atendendo, com ênfase, os grupos citados inicialmente. Entretanto, em consonância com a nova abordagem, deverá vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, dela necessitem para o seu sucesso escolar.

É ainda possível observar no Plano Nacional de Educação, lei de número 10.172 (9 de Janeiro de 2001 – Capítulo 8), que a criança com dislexia tem o direito de estudar em qualquer escola regular conforme os dizeres:

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais sejam assegurados seus direitos à educação.

Quando a família toma conhecimento da legislação brasileira, tem o instrumento legal para ajudar seus filhos a obter aquilo que têm direito, fazendo com que possa inserir-se em um ambiente escolar adaptado a seus problemas, facilitando também seu relacionamento com os profissionais da escola e colegas de turma.

2.3.2

O papel da escola

Após o ambiente familiar, o segundo lugar no qual crianças e adolescentes passam o maior tempo de suas vidas é na escola. É nesse contexto que a leitura e a aquisição do código escrito transformam-se em um marco importante na vida das

crianças. Em uma instituição de ensino, fica mais do que claro que a prática da leitura se faz presente na vida de quase todas as pessoas desde o momento em que começam a entender e compreender o mundo ao seu redor (Cechella & Deuschle, 2009; Fontes, 2007; Pedro, 2010).

No instante em que a escola ensina aos alunos praticarem a leitura e a escrita, eles começam a perceber que podem ter acesso às informações por meio não só de livros e outros veículos de mesma natureza, mas também através de instrumentos simples como uma caixa de cereais, um manual de um brinquedo ou novo produto, entre outros que tenham a escrita como base.

Assim, é possível notar que é na escola que a dislexia aparece com mais frequência. Fontes (2007) aponta que ela é o principal distúrbio de aprendizagem que se manifesta em alunos na idade escolar. Em consonância, Braggio (2006, p.3) afirma que

“há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas”

Segundo Bonini *et al* (2010), diante da inabilidade de leitura, o disléxico pode desenvolver um sentimento de fobia, de repulsa, de rejeição ao ambiente escolar. A escola pode ocupar, assim, um lugar de desconforto, de medo, de ansiedade e não de aprendizagem, de convivência social, de troca de experiências. Essa questão acontece, aponta Braggio (2006), porque sempre houve disléxicos nesse espaço, entretanto:

A escola que conhecemos certamente não foi feita para o disléxico. Objetivos, conteúdos, metodologias, organização, funcionamento e avaliação nada têm a ver com ele. Não é por acaso que muitos portadores de dislexia não sobrevivem à escola e são por ela preteridos. E os que conseguem resistir a ela e diplomar-se o fazem astuciosa e corajosamente, por meio de artifícios, que lhes permitem driblar o tempo, os modelos, as exigências burocráticas, as cobranças dos professores, as humilhações sofridas e, principalmente, as notas. (Braggio; 2006, p.1)

A dislexia, segundo Fontes (2007), atinge atualmente cerca de 5% a 17% da população mundial. No entanto, “não há um método, uma cartilha, uma receita para

trabalhar com alunos disléxicos. Assim sendo, é preciso mais tempo e mais ocasiões para a troca de informações sobre os alunos, planejamento de atividades e elaboração de instrumentos de avaliação específicos.” (Braggio, 2006, p.1)

Professores têm papel decisivo dentro de uma escola com alunos disléxicos, porém poucos deles conhecem os mecanismos, as causas e as consequências da dislexia. O desconhecimento deve-se, talvez, à falta de capacitação acadêmica e profissional para enfrentar esse tema tão particular. Essa questão pode ser fruto de uma graduação que excluiu ou não ofereceu com frequência uma disciplina de Educação Especial que desse conta de discutir e orientar graduandos durante os cursos referentes à área de educação. De um modo geral, discutem-se muito, nas graduações, teorias ligadas às áreas de conhecimento específico e pouco sobre situações que, na prática, tornam-se cada vez mais comuns e importantes na vida do professor e do aluno de educação básica.

O docente parece não estar preparado e informado o suficiente para lidar com situações adversas como a de ter alunos com dislexia em suas salas. Assim, normalmente, apresentam, segundo Braggio (2006, p.3):

- (a) relutância inicial (ou dificuldade mesmo) para separar o comportamento do aluno disléxico das suas dificuldades;
- (b) receio em relação às normas burocráticas, aos companheiros de trabalho, aos colegas do aluno disléxico, aos familiares;
- (c) angústia em relação ao nível de aprendizado do aluno e às suas condições para enfrentar o vestibular e demais concursos públicos ou privados;
- (d) falta de tempo necessário para percorrer e amadurecer sua trajetória pessoal em relação a esta questão.

Segundo Fontes (2007), professores devem saber que os alunos com dislexia podem ser bem sucedidos na escola se lhes forem propiciadas formas diferentes de ensino. Os docentes devem ter atitudes construtivas, reconhecendo que um indivíduo com dificuldade específica de aprendizagem pode demorar mais a aprender. Devem ser mais cuidadosos, não aplicando rótulos e valorizando os pontos fortes do aluno disléxico.

De acordo com Braggio (2006, p.4), muitas são as formas que fazem um professor ajudar um aluno disléxico. Entre elas, estão:

- (a) tratá-lo com naturalidade;
- (b) usar linguagem direta, objetiva e clara;
- (c) trazê-lo para perto;
- (d) certificar-se, de modo discreto, de que as instruções dadas foram compreendidas;
- (e) observar se há integração entre o aluno e seus colegas de turma, trabalhando para que essa seja uma relação saudável;
- (f) sugerir atalhos, dicas, “jeitos de fazer” por associações;
- (g) não colocá-lo em situações difíceis perante a turma – ler em voz alta, por exemplo;
- (h) incentivá-lo, fazendo-o acreditar em si;
- (i) sugerir o uso de instrumentos que possam facilitá-lo como calculadoras, gravadores, aparatos tecnológicos.

Pedro (2010) ressalta que não há como negar que o aluno disléxico necessita de maior atenção quanto à orientação escolar para que seja observada sua evolução dentro de seus próprios termos (tempo, interesses, reações), porém indica que é possível fazer isso sem dar a ele algo que pareça além do natural diante dos outros alunos. Em outras palavras, é possível tratá-lo de forma atenciosa sem fazer as tarefas em seu lugar.

O trabalho na escola deve ser continuado. O professor sozinho não é o único responsável por trabalhar e lidar com a questão da dislexia. Em muitas ocasiões, decisões sobre avaliações, sobre comportamentos, sobre normas de um modo geral não são elaboradas por professores, mas por coordenadores, diretores ou outras pessoas ligadas ao ambiente escolar. A escola, o contexto institucional onde se desenvolve a ação educativa, deve ter políticas de integração e de igualdade de oportunidades, fazendo com que todos os seus constituintes estejam em busca desse objetivo em comum (Fontes, 2007).

De forma legal, observamos na lei de número 10.172/01, no Plano Nacional de Educação (Capítulo 8 – Da educação especial), que “o ambiente escolar como um

todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, na qual a participação da comunidade é fator essencial.”. É papel da escola, por isso, regular o fluxo de informações. É ela quem pode orientar, de forma ética, não só o professor e seus alunos, mas também os pais e a comunidade ao seu redor. A escola deve deixar evidente o que pode oferecer aos alunos com dislexia e indicar as limitações com que se debate. O espaço da escola pode servir também como ponto de encontro para não só se repensar o tempo e o modelo das avaliações e suas possibilidades de consultas e auxílios, mas também para que seja possível reencontrar os pais e os profissionais que lidam com a criança com dislexia (Cogan, 2002; Fontes, 2007).

Para que isso seja promovido de forma atenta, outros profissionais presentes na escola têm como essenciais a sua presença e a sua função. Tanto orientadores educacionais quanto psicólogos podem atuar de modo a motivar o aluno a se ver como alguém que deve estabelecer redes dentro do ambiente escolar, porque também dele participa, promovendo oportunidades de aprendizado para todos. Conforme Pedro (2010), cabe aos orientadores e aos psicólogos escolares observar, ao longo das reuniões de pais, docentes, coordenadores ou diretores, o desenvolvimento das conversas, reações e explicações dos professores aos pais e as propostas de soluções, quando necessárias a acompanhamento médico ou atividades extracurriculares para melhorar o desempenho do aluno e sua qualidade de vida.

Ainda segundo Pedro (2010), fica a cargo desses profissionais estarem atentos ao preparo das pessoas que lidam diariamente com as crianças mesmo por pouco tempo como as merendeiras, os zeladores, os inspetores, entre outros. Devem acompanhar, quando possível, na sala de aula, nos intervalos, no recreio e em passeios o quanto essa criança se desenvolve cognitivamente e socialmente. Fica claro que, quando o tratamento adequado ao aluno com dislexia é oferecido pela escola, o aluno tem a possibilidade de tentar, de forma mais segura, superar suas dificuldades e participar das atividades de uma maneira mais sadia e confortável.

De acordo com Candau (2002), não se deve mais pensar na escola como lugar onde tudo é sempre igual, mas onde todas as diferenças são respeitadas, observadas e pensadas. Quando pensamos na inclusão de crianças com dislexia na escola, torna-se

evidente que o desafio é direcionar a educação de um jeito não unidimensional e aprisionado a uma única maneira específica, pois como vimos, o dislético precisa de um tratamento diferenciado, que só poderá acontecer caso haja o desenvolvimento do potencial transformador de práticas educativas, ampliando e aceitando a existência de novas demandas.

2.3.3

A presença de outros

Segundo Bakhtin (1992), a existência do homem é marcada por sua própria inserção em um meio social como membro de um grupo, de uma classe. Isto é, ao passo que seu nascimento fisiológico não é suficiente para garantir-lhe ingresso na história, seu nascimento enquanto ser social é fundamentado na rede de relações que coloca o “eu” e o “outro” em constante diálogo e construção de mundo.

De acordo com Moraes (2004), a importância da natureza das relações humanas para o crescimento do homem está escrita na própria história da humanidade. O meio social é necessário para a existência do próprio indivíduo. Sem ele, a civilização não existiria, pois foi graças à formação de grupos que a humanidade pôde construir e definir seus valores, seus papéis, sua organização.

O dislético, sendo um ser social como qualquer outro, é participante das interações que não estão restritas ao círculo familiar ou ao grupo de profissionais da escola. Seja com amigos ou colegas de classe, seja com profissionais que o ajudam ou desconhecidos, o dislético, cotidianamente, constrói suas relações de modo que as forças intra e interpessoais atuem uma sobre a outra de maneira contínua.

Sem dúvidas, a maneira com que o dislético estabelece sua participação e assiste à aceitação ou desaprovação sugerida por outros é determinante para o seu desenvolvimento ou para sua paralisia diante das questões que deve enfrentar. Muitas vezes, a presença do outro, não-participante da família, pode ser responsável por um significativo incentivo à pró-atividade ou à descrença no próprio potencial do sujeito dislético. Assim como pensamos em qual deve ser a natureza da relação entre

dislético e seus pais ou entre dislético e seus professores, é natural perceber a importante relação que ele pode estabelecer com pessoas que com ele, diariamente, dividem o espaço da sala de aula ou de outros lugares.

Segundo Teixeira & Kubo (2008), a inclusão de pessoas com diferentes demandas especiais em um ensino regular, por exemplo, beneficia alunos acadêmica e socialmente. Não há dúvidas de que, se trabalhada de maneira correta, essa relação estende-se a um aprendizado de imensurável valor, como o respeito, a solidariedade, a compreensão, a cooperação. Torna-se importante indicar aqui que, de acordo com as autoras, não é apenas a presença física que garantirá a interação e muito menos a inclusão, mas a maneira como as questões são apresentadas e incentivadas por pessoas com poder de planejar as atividades e proporcionar a qualidade das interações entre pessoas com e sem dificuldades.

Mediante bom relacionamento com pessoas a sua volta, o dislético sente-se mais seguro para estar em determinado meio social. Ao contrário, se sentir que não pertence ao grupo por alguma razão, certamente optará pelo isolamento ou pela agressão como forma de proteção. Não há dúvidas que, quando estabelece amizades nos lugares onde frequenta ou nos ambientes onde possui mais dificuldade de se expressar, sua permanência torna-se muito mais insistente e resistente, apesar das dificuldades.

Isso acontece porque as relações de amizade impulsionam o desenvolvimento linguístico, social e acadêmico, sendo de fundamental importância para a criança e o adolescente com deficiência aprender e definir, a partir da interação com outras pessoas, normas sociais e garantir seu acesso e permanência em diferentes contextos (Bichop *et al apud* Bonomo *et al*, 2009), Acontece também, conforme Rubin (2004), porque a amizade proporciona um bem-estar entre as pessoas, a partir do companheirismo, na intimidade, no apoio extra-familiar mútuo.

Fora da sala de aula, o dislético desenvolve seu tratamento em consultórios de psicologia, fonoaudiologia e, quando necessário, psiquiatria. Segundo Moojen (2004), a intervenção dos profissionais dessa área varia conforme o nível de dislexia de cada paciente. Eles podem atuar não só visando à melhoria do sistema motivacional do dislético, favorecendo um controle emocional maior, como também

mediando o relacionamento entre escola - família, dislético - família. No campo dos déficits específicos da dislexia, o fonoaudiólogo pode melhorar a capacidade de o dislético operar com as regras que relacionam fonologia, ortografia e compreensão de textos. Quanto mais cedo for diagnosticado e quanto maior for o somatório de esforços entre as pessoas que acompanham o dislético, maiores são suas chances de obter sucesso e ultrapassar as barreiras do problema.

Em relação a desconhecidos, o comportamento do dislético pode tomar proporções completamente diferenciadas. Como a dislexia é um distúrbio completamente invisível aos olhos, visto que, diferente de outros tipos de deficiência, não pode ser identificada imediatamente, é na relação com o indivíduo desconhecido que o dislético pode não ser percebido exatamente como é. Ao mesmo tempo em que tem a chance de ser visto como uma pessoa sem nenhuma dificuldade, o dislético pode sofrer a tensão de ser achar que será descoberto a qualquer momento. Dessa maneira, essa relação pode ser permeada não só de conforto, mas também de muita ansiedade.

O outro na vida do indivíduo com dislexia pode, por assim dizer, representar tanto o apoio em que precisa amparar-se para desenvolver suas questões, quanto alguém que lhe trará ainda mais constrangimento e sensações ruins. Isso dependerá de quanto o dislético está preparado e motivado para observar quem ele é no mundo e como deve entender a aproximação das outras pessoas que o cercam.